

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

TENNESSEE VALLEY AUTHORITY (EUA) E A COMPANHIA HIDROELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO (BRASIL): IMPERIALISMO, ESTADO E RESISTÊNCIA (1930-1950)

Jamile Silva Silveira

Universidade de Coimbra, FLUC e CEIS20, Portugal

Universidade do Estado da Bahia, Campus VIII, Brasil

jamissil@gmail.com

RESUMO

Analisar os laços entre as experiências da Tennessee Valley Authority (TVA) e da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), entre as décadas de 1930 e 1950, é o objetivo principal deste artigo. A TVA foi utilizada, pelo governo e diversos aparelhos privados de hegemonia dos EUA, para demonstrar que no capitalismo era possível garantir o bem-estar mínimo da população. A expansão destas ideias, nas relações entre Estados e organismos privados em todo o mundo, difundia uma proposta de desenvolvimento econômico e, especialmente, transformação das relações sociais e culturais locais adequando-as aos novos padrões da modernização em curso. Assim, apresentarei as ramificações destas ideias e sua possível concretização através da CHESF em Paulo Afonso – BA, que foi a primeira grande empresa pública de energia elétrica do Brasil, fruto de investimentos nacionais e internacionais. Busco compreender dialeticamente através de diferentes fontes, a relação entre a política imperialista e a CHESF no sertão brasileiro e seus desdobramentos, que produziram o apassivamento social e experiências de resistência das classes subalternizadas a este modelo.

Palavras-Chave: CHESF, Imperialismo, Modernização

1. Introdução

No rio São Francisco, entre os estados da Bahia, Alagoas e Sergipe, cânions e sete quedas d'água se desdobravam em uma das maiores cachoeiras do Brasil, conhecida como *Cachoeira de Paulo Afonso*. Apesar da recorrente comparação, no século XIX, com as quedas d'água do Niágara entre os EUA e Canadá, posteriormente, nos discursos oficiais/públicos a possibilidade da instalação no São Francisco é aproximada a outra experiência estadunidense: a *Tennessee Valley Authority* (TVA).

Na década de 1930, começam a circular no Brasil ideias sobre políticas de desenvolvimento e geração de energia, baseadas na experiência governamental estadunidense de implementação da TVA. Assim, este artigo apresenta uma breve análise

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

sobre a possível relação entre a TVA e o projeto da *Companhia Hidroelétrica do São Francisco* (CHESF), e as consequências oriundas deste processo.

Ressalto que, na década de 1940 a América Latina é transformada no laboratório de experiências norte-americanas, no final e pós-II Grande Guerra. Iniciam-se esforços para as primeiras formulações sobre a integração latino-americana, no contexto do subdesenvolvimento, inclusive, na defesa do Nordeste brasileiro como área de segurança frente aos conflitos internacionais, por conta da sua localização litorânea estratégica. Em certa medida, esta política externa, dos anos 40 até meados da década dos 50, influenciou diretamente o desenvolvimento da produção de energia por intermédio das Missões Cooke (1942), Abbink (1948) e da Comissão Mista Brasil - Estados Unidos (1952).

De acordo com a proposta, partirei da análise da TVA e os impactos causados pela autarquia, tecendo alguns fios que a conectam à elaboração do projeto CHESF no Brasil. Em seguida, a CHESF é abordada, enquanto veículo do modelo de desenvolvimento dos EUA. Vale ressaltar que, não é intenção deste estudo questionar os benefícios sociais, econômicos e culturais provocados pelo amplo acesso à energia elétrica. A busca é por demonstrar que estes projetos estavam ancorados na política de desenvolvimento estadunidense de expansão internacional do capitalismo e compreender como as propostas de intervenção se relacionaram com as realidades locais. Desse modo, analisar como os sujeitos se posicionaram frente ao gigante argumento do progresso e modernização.

2. O estilo TVA: projetos e concretização.

Em 1933, foi criada a TVA pelo presidente Roosevelt nos EUA, através de um grande projeto de intervenção na região mais pobre do país, banhada pelo rio Tennessee, uma das maiores bacias hidrográficas dos EUA. Destaco desta iniciativa, a criação de “um novo conceito regional - a bacia do rio como unidade integral”, com amplo planejamento para o desenvolvimento, efetivado por meio de agência governamental “que tinha uma responsabilidade especial, nem nacional nem estadual”, e sim de toda uma região: O *Tennessee Valley*. (Selznick, 1949, p. 5)

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

As condições da região eram extremamente precárias, onde “mais de 80% da população da bacia era formada por trabalhadores da agricultura de subsistência”. As famílias eram numerosas e “viviam em choupanas cobertas por pedaços de madeira, sem banheiro, luz elétrica ou água tratada”. A área abarcava sete estados ribeirinhos, que “faziam parte da lista dos 10 estados com os piores índices de analfabetismo adulto, e baixa qualidade da educação”. Além disto, no século XIX, as relações sociais no Vale do Tennessee eram marcadas por conflitos raciais, sob a hegemonia de uma oligarquia branca que controlava o Estado. (Brose, 2015, pp. 07-12)

Em 1932, frente ao processo da *Grande Depressão*, Franklin Roosevelt provoca mudanças em prol de minimizar as desigualdades entre as regiões estadunidenses. Assim, foi criado o *New Deal*, que simbolizava um conjunto de reformas em prol de uma aliança nacional e, principalmente, salvar a economia em crise. (Corsi, 2000, p. 39) Para a intervenção na bacia do rio Tennessee, considerada crucial para resolução dessas desigualdades, foi criada uma autarquia federal autônoma, que além da construção das barragens, unificou programas setoriais nas áreas da educação, extensão rural, apoio à micro e pequenas indústrias, crédito subsidiado, mecanização da agricultura, reflorestamento e similares, na busca por minimizar o desvio de recursos e ingerências dos Estados. (Brose, 2015, p. 13) Desse modo, a TVA favoreceria diversos empreendimentos, como “modernizar e tornar rentáveis as fazendas da região, desenvolver a agricultura, reflorestar para combater a erosão, construção de cooperativas agrícolas, fábricas, etc.”. Em pouco tempo a região do Tennessee se transformou quanto ao aspecto econômico e tecnológico. (Silva, 2018, p. 891)

Se tratava de uma ampla intervenção, tecnológica e ideológica. As transformações atingiriam todos os setores, inclusive da mentalidade da população que seria o alvo deste projeto de modernização. Um dos aspectos mais visíveis foram as cidades planejadas (com banheiro, água encanada, varandas, terraço e eletricidade), consideradas pela administração da TVA de superior estrutura do que as existentes no campo. O projeto urbanístico ficou conhecido pelos amplos jardins e parques planejados. As cidades da TVA foram projetadas a luz do padrão *Company Town*, desenvolvidas do zero, o que obrigava um planejamento para além da habitação, com a instalação de fornecimento de bens e serviços, como saúde, educação, mercado, correios, lazer. Apesar

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

das vantagens, esse formato de cidade acessível não rompia com as segregações raciais, imbricadas na cultura do Sul.

Além disto, a distribuição de energia elétrica na área rural foi aliada a expansão da venda de eletrodomésticos, provocada por estímulos da TVA. Havia somente 25% dos lares e imóveis rurais conectados à rede de transmissão de energia. Assim, “para gerar uma demanda crescente por energia, em meio a uma severa crise econômica, a TVA implantou uma política de tarifas baixas”. Para tanto, sua ação se concentrou em duas inovações. Por um lado, negociou com os fabricantes uma linha de produtos de baixo custo, como fogões elétricos e geladeiras garantindo a estes o selo TVA de qualidade, e por outro, estabeleceu um sistema de crédito nas lojas para pagamento em pequenas prestações, assumindo o risco em caso de inadimplência. Esta política triplicou as vendas, criando uma grande lista de espera. (Brose, 2015, pp. 17-18)

Assim, o conjunto do que se conhece por *Ideia TVA* ou *Projeto TVA* foi dividido em duas frentes. A primeira diz respeito a concentração no governo federal do poder político e econômico da autarquia. A segunda, considerada por Lilienthal como "Uma teia sem costura - a unidade da terra, da água e dos homens", uma única agência deveria projetar e construir as barragens, comprar o terreno, construir linhas de transmissão e comercializar a energia produzida pelo rio.

Mas não só isso. A TVA tinha a missão de ser o exemplo da modernização capitalista demonstrando sua superioridade frente às promessas de melhorias sociais e tecnológicas dos modelos em disputa em escala mundial, fascista alemão e comunista soviético. Assim, buscou fornecer moradia adequada aos trabalhadores; sistema de educação e bibliotecas; unidades de saúde pública, programas de controle da malária e reajustamento/planejamento familiar; recreação, construir parques públicos e playgrounds. No campo educacional, considerado de grande relevância para implementação do projeto, o ensino junto aos professores sobre a "ideia" da TVA era primordial, bem como trazer escolas, faculdades e universidades para o programa. Era fundamental organizar cooperativas de vários tipos, exportar a "ideia" para outros estados. (Russel, 1949, pp. 46-47)

Além da TVA objetivar uma ampla política de desenvolvimento regional, que abarcava principalmente a produção e distribuição de energia elétrica, o modelo foi

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

construído como arquétipo a ser exportado para outras regiões e países. Para isto, foram elaborados livros, discursos e documentos públicos sobre o modelo da TVA. Estas produções se concentraram no debate sobre sua política e programas de desenvolvimento econômico, abordando uma visão “de cima” com relação as suas ações e um discurso de defesa institucional.

Havia, também, questionamentos sobre os métodos e ações desta autarquia federal. A resistência ao projeto de intervenção, segundo o trabalho de Hussel, partia especialmente dos fazendeiros e proprietários que não queriam vender suas terras; das empresas elétricas privadas; dos que divergiam da propriedade governamental dos meios de produção de eletricidade; dos que se opunham ao uso de impostos federais para projetos locais; e daqueles que acreditavam que o Congresso deveria ter controle direto sobre cada projeto (1949, p. 9). O estudo crítico mais conhecido, foi elaborado pelo sociólogo Selznick (1949, p. 5). Sua preocupação central se concentrou na compreensão das estratégias da TVA de cooptação das lideranças das áreas rurais locais, através da criação de agências e cooperativas, que agiam como um braço da autarquia junto à população. O autor também levanta argumentos de que a TVA não foi uma demanda que surgiu da população do Vale do Tennessee, e isso dificultou a posterior participação popular no projeto.

No que diz respeito a construção das barragens, na primeira década, a TVA retirou mais de 12.000 famílias de suas moradias, das quais 4.000 eram de proprietários e 8.000 de meeiros sem-terra, negros, que no total somavam mais de 50.000 pessoas. Ao todo, no processo de construção das barragens da TVA, 20.000 famílias foram impactadas. (McDonald e Muldowny, 1982, p. 66) A relocação, considerada fase inicial do projeto, incluía informação, auxílio material e financeiro, um completo atendimento as necessidades dos trabalhadores do campo. Apesar disto, na execução do plano de relocação, a assistência da TVA e do serviço de extensão estabelecido foi insuficiente, agravando ainda mais os problemas da população na região. Outra característica se refere a população negra, que constituía a maioria dos “inquilinos” de terras, sobre a qual neste

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

processo, segundo Selznick, “há evidências de que a típica posição do agricultor da TVA é de superioridade branca”.¹

No campo da historiografia, o estudo de McDonald and Muldowny se volta para o discurso da *modernização* e às populações impactadas pelas barragens, buscando a oralidade como uma das fontes principais de pesquisa na construção de uma história social, sensível ao cotidiano desses trabalhadores.² Os autores compreendem que os impactos demonstram a existência de interferência direta na qualidade de vida da população do Vale do Tennessee, não só no planejamento e nas questões pragmáticas de sobrevivência, mas sobretudo nas relações sociais e padrão de vida tradicionais. Apresentam as relações de vizinhança, desigualdades sociais, ritos religiosos, rituais afetivos (como namoros e casamentos), cotidiano do trabalho rural, recreação, educação, os vestígios de solidariedade e igualdade dentro das comunidades da bacia de Norris, tradicionalmente estabelecidas antes da chegada da TVA, nas quais um dos poucos crimes cometidos era o de “se embebedar”. Um dos exemplos de sociabilidade comunitária era os ritos funerários, pois quando alguém do local falecia “toda a comunidade iria preparar comida e fazer tudo que fosse necessário para ajudar a família”. (McDonald and Muldowny, 1982, pp. 9, 27-40)

A chegada da TVA representava um conflito, exercendo um papel perturbador para as comunidades, apesar do discurso da mudança da qualidade de vida. Por um lado, as pessoas viam suas vidas difíceis, isoladas, longe do processo de modernização, tendo a TVA como elemento que propiciaria a transformação progressiva. Por outro, apesar do sentimento entre os trabalhadores de que valia a pena a relocação, havia uma certa amargura por conta do abandono dos seus costumes, vivências e comunidades.

¹ Em 1936, o responsável pelo trabalho dos negros na TVA, J. Max Bond afirmou ser necessário “melhorar a posição relativa dos Negros no serviço”, mas não houve resposta favorável da autarquia. No mesmo sentido, vozes de instituições como a *National Association for the Advancement of Colored Peoples* no período da Investigação da TVA no Congresso em 1938, também reforçaram esta pauta. (Selznick, 1949, pp. 112–114)

² Sobre o conceito de *modernização*, é explicitado pelos autores que o compreendem como representante de um processo histórico. Neste caso, pode ser identificado pela capacidade da TVA de amenizar os problemas severos das pessoas presas em um ambiente agrícola, em grande parte inóspito. Nas suas palavras, “dizer que a TVA era um agente da modernização, significa basicamente que a TVA possuía a instrumentalidade e a intenção, por meios de programas como planejamento regional e produção de energia, para transformar totalmente ou grande parte uma população removida da principal corrente da *American Life*”. (McDonald and Muldowny, 1982, p. 8)

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

(McDonald and Muldowny, 1982, pp. 56-57) Após a retirada das famílias, suas relações sociais foram transformadas paulatinamente para corresponder ao enquadramento da vida urbana modernizada.

Corroboro com a compreensão de que este modelo de desenvolvimento, que unifica tecnologia da produção de energia elétrica com intervenção econômica, social e cultural, fez parte de um amplo projeto internacional de fortalecimento do liberalismo frente aos modelos em disputa no período (comunismo e fascismo), além da consolidação da política imperialista dos EUA. (Ekbladh, 2010) A TVA e o discurso da modernização foram pontas de lança deste processo.

3. O modelo do Tennessee e a *Brazilian TVA* – Projeto CHESF

Ao adquirir ampla experiência em planejamento através da TVA, os EUA buscaram a difusão deste modelo ao restante do mundo. Em 1952, o projeto de expansão é claramente explicitado em relatórios publicados pela autarquia. Nestes, o objetivo era apresentar a “*TVA - Um símbolo internacional*”, enquanto “veículo catalisador para o intercâmbio de ideias sobre o desenvolvimento unificado de recursos e melhoria econômica” em diferentes países. Indicam que “os visitantes da TVA, que estudaram e examinaram seus programas de desenvolvimento unificado, têm sido especialmente responsáveis por sua ampla divulgação”. Até este período, a TVA recebeu representantes de 60 países, dentre eles “altos funcionários do governo, cidadãos de espírito público, técnicos e estudantes”. Ao longo de 1951, a TVA recebeu 1.800 visitantes. (TVA Technical Library, 1952, p. 7)

O processo de expansão deste modelo para outras nações é constante em sua história. Com o apoio do Departamento de Estado dos Estados Unidos, foi criado o *Seminário de Desenvolvimento de Recursos da TVA*, que recebeu representantes técnicos e políticos de diversos países, promovendo “palestras e discussões com funcionários de alto escalão da TVA, uma viagem de campo por todo o Vale, na qual os vários projetos e atividades foram inspecionados e estudados, e um período de avaliação final”. Este curso foi “repetido periodicamente como um esforço para aumentar a contribuição da TVA - e do governo dos Estados Unidos - de assistência aos países subdesenvolvidos”. (Tennessee

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Valley Authority, 2020) A memória difundida pela autarquia é de que, na época, a TVA era conhecida mundialmente como líder em desenvolvimento de recursos e assistência técnica estrangeira. Disseminar um discurso sobre sua importância internacional, no contexto de estabelecimento da guerra fria, contribuiu significativamente para consolidar a política imperialista dos EUA frente as demais nações.

O Brasil foi situado dentre os países que se aproximavam do método da TVA de desenvolvimento e utilização de recursos, com o projeto chamado internacionalmente por *Brazil's São Francisco Valley*. Para demonstrar a diversidade da propagação do projeto, é afirmado em uma publicação que “países subdesenvolvidos, muitos deles totalmente independentes e buscando o vigor econômico”, encontram nas modernas práticas e técnicas da TVA modelos para adaptar as suas realidades. (TVA Technical Library, 1961, p. 9) Neste livreto, o Brasil também desponta como um dos principais países de replicação do modelo TVA, com desenvolvimento possível de toda a região. Esta proximidade também é citada pelo Instituto Canadense de Relações Internacionais, em análise sobre o desenvolvimento do Nordeste, o que demonstra uma interpretação para além da relação Brasil-EUA. É relatado que o programa da hidroelétrica de Paulo Afonso foi inspirado diretamente no modelo da TVA, apesar dos seus objetivos serem menos extensos do que apresenta a experiência estadunidense. (Lando, 1964, pp. 6-7) É constante a menção em livros e documentos nacionais e internacionais do termo *Brazilian TVA*, ao citar o projeto de intervenção em Paulo Afonso. Eis um ponto importante: o projeto da CHESF foi direcionado somente para a geração e distribuição de energia? Todos os outros elementos, como a melhoria das condições de vida da população seriam uma consequência desta produção ou estes elementos já faziam parte do projeto de intervenção? De certo que a geração de energia foi colocada como a *redenção do Nordeste*, e, por conta disto, a Companhia poderia agir livremente na região para produzir sua salvação, o que resolveria todos os problemas.

Com efeito, foi construída no Brasil uma estabilidade política para apaziguamento dos conflitos entre os grupos nacionais e estabelecimento deste projeto. Seguindo os passos de Gramsci, quando afirmou que “as relações internas de um Estado-Nação entrelaçam-se com as relações internacionais criando novas combinações originais e historicamente concretas”, ao analisar este processo entre a TVA e a CHESF. Paulo

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Afonso produziu suas relações específicas quando foram disseminadas as teorias de desenvolvimento e modernização, com a chegada do progresso, pois “uma ideologia, nascida num país mais desenvolvido, difunde-se em países menos desenvolvidos, incidindo no jogo local das combinações”. (Gramsci, 2007, p. 42) Portanto, a partir deste jogo de políticas internacionais e das diversas Missões estadunidenses que expressamente planejaram o desenvolvimento nacional, por consentimento do governo brasileiro na década de 1940, nasce o projeto CHESF que seria a primeira grande Companhia pública do setor de energia elétrica do Brasil.

4. Surge a CHESF na *Capital da Energia*

A Companhia Hidroelétrica do São Francisco foi a primeira grande empresa pública brasileira do setor de energia elétrica. A história do município Paulo Afonso, conhecido como Capital da Energia³, se confunde com a trajetória de implantação da CHESF. Apresentado enquanto aclamação da população ribeirinha da Cachoeira de Paulo Afonso, a implementação do projeto do Estado Novo de intervenção no Vale do São Francisco, apesar da população que foi impactada diretamente pelo empreendimento não ser consultada.

O projeto CHESF foi aprovado em 1945, se tornando um dos últimos atos naquele ano assinados por Getúlio Vargas enquanto presidente do Brasil. Em 1946, já no governo de Eurico Gaspar Dutra, foi instaurada a Assembleia Constituinte, na qual os parlamentares discutiram a autorização de instalação da CHESF e sua viabilidade, principalmente financeira. As justificativas ancoradas na experiência estadunidense da TVA fizeram frente a discursos de resistência ao projeto, especialmente por representantes políticos sulistas, ao investimento estatal para andamento das obras no Nordeste. Havia o contraponto quanto a internalização do modelo da TVA ao projeto da geração de energia no rio São Francisco, pois “setores liberais conservadores e segmentos da burguesia exportadora cafeeira investiram contra a prática do planejamento e os conteúdos do plano, considerado ‘dirigista’ e contrário aos anseios da lavoura”. (Paula,

³ É assim chamado por abrigar o segundo maior Complexo Hidroelétrico do Brasil, que distribui energia elétrica para a região Norte, Nordeste e Sudeste.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

2011, p. 9) Apesar dos questionamentos, as obras continuaram, pois, a CHESF simbolizava uma possível integração nacional, que unificaria a região Nordeste ao restante do país desenvolvido.

Em 1948, o cenário rural do sertão passou a se agitar com a chegada de toneladas de material importado, para a construção da Usina Piloto, e os trabalhadores viram sua rotina se modificar. Em uma região sertaneja, assolada pelo grande período de secas, o trabalho em uma grande empresa era visto por muitos como possibilidade de mudança das condições de vida.

Neste caso, a configuração urbana projetada para o local não fugia a regra do que aconteceu em outras cidades estruturadas em torno de fábricas no mundo, correspondendo ao padrão *Company Town*. Neste, é criada uma infraestrutura para circulação de bens e pessoas, aliada a mecanismos que possibilitem uma rígida disciplina sobre o trabalhador. Desse modo, existia uma determinação clara dos papéis sociais dos trabalhadores em todos os ambientes: no trabalho, nas moradias, nos locais de lazer, nas instituições educacionais etc. Além disto, a empresa é a proprietária dos imóveis, dos equipamentos públicos e, também, responsável pela vida social fora do ambiente de trabalho.

Essa configuração da Vila Operária foi adotada, em maior escala no século XX, por diversas empresas públicas e privadas. José Sergio Leite Lopes, ao analisar o caso de Paulista-PE, faz referência a essa relação de dominação e controle exercido pelas empresas, onde as relações de poder se estendem do campo da produção à disciplinarização do trabalhador, alcançando os seus espaços cotidianos. A relação fabril tem presença significativa na dinâmica social⁴. É um processo de dominação que extravasava a esfera da produção e penetrava na esfera doméstica. A propriedade das casas, dos ambientes de sociabilidade e toda a administração era da CHESF, através de uma espécie de governo local, de modo que a sua intervenção pode ter proporcionado uma relação hegemônica de dependência junto à população, pois o município foi emancipado somente em 1958.

⁴ Verificar o capítulo 1: O Aliciamento direto de trabalhadores pela Companhia: A incorporação “Modelar da força de Trabalho na Vila Operária”. (Lopes, 1988, pp. 39-58)

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Foram construídos alojamentos para os funcionários solteiros e três vilas: para os engenheiros, altos funcionários e operários. Nessa área, que todos tinham o fornecimento gratuito de água e energia elétrica, ficou conhecida como Cidade da CHESF. (Silva, 2014) Os trabalhadores mais graduados, como os engenheiros, tinham o bairro próprio, o General Dutra, na Vila Residencial. Neste estava o Clube Paulo Afonso (CPA) de melhor estrutura física. Na Vila Operária, as moradias eram específicas (casa tipo C, D, E e O), de acordo com a função exercida por cada um na empresa. Os operários estavam destinados a frequentar o Clube Operário (COPA), de estrutura simples. As atividades de sociabilidade entre os trabalhadores aconteciam em locais distintos, demonstrando as contradições de classe existentes. As mostras de cinema eram apresentadas inicialmente no CPA, para depois irem à exibição no COPA. As principais escolas ficavam dentro do Acampamento, que eram apenas para os filhos dos funcionários, sendo a melhor o Colégio Paulo Afonso (COLEPA), destinado aos filhos dos engenheiros. (Oliveira, 2005, pp. 127-129)

Muitos que chegaram na esperança de trabalhar na Usina, contratados ou não, começaram a se concentrar em moradias fora do acampamento. Sem recursos para a construção de casas, esses sujeitos utilizavam o que encontravam, inclusive os sacos de papel do cimento Poty, descartados durante as construções, madeira e estruturas de zinco. Esse novo bairro, ficou conhecido como *Vila Poty* que, para a direção da empresa, ameaçava a moral e os bons costumes da Cidade da CHESF. Sobre as condições da Vila Poty, havia “buracos de todas as funduras, córregos de esgotos por toda parte”, mas enquanto “na cidade oficial, com telefone, piscina, luz e conforto moram 3.000 pessoas, do lado de fora ‘do arame’ se amontoam 13.000 párias em barracos, sem água, sem roupa e comida.” (Silva, 2014, p. 54)

Elementos presentes na sociabilidade entre estes sujeitos se modificaram no processo modernizante, como a solidariedade nas comunidades. Na TVA, como já foi dito, quando alguém falecia a comunidade se mobilizava para acolher e acompanhar a família neste ritual fúnebre. No caso do Vale do São Francisco, isto se observa na prática dos mutirões como é demonstrado no seguinte relato:

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Na minha região chamava de batalhão, que era um mutirão de pessoas para executar tarefas difíceis na terra de alguém [...] Cercar uma terra.. As primeiras terras que a gente cercou em área de sequeiro era muito feito de pau-a-pique, tinha outra forma que era vão trançado, era assim um trabalho demorado, difícil de se fazer e era sempre feito em mutirão.⁵

O mutirão era atividade recorrente no cotidiano do migrante operário, antes de sair do trabalho rural e ingressar nas fileiras do trabalho urbano, assalariado. Se antes viviam da produção agrícola para subsistência, ou comércio dos produtos nas Feiras da região, passaram a uma dinâmica fabril, com horas controladas, remuneração por salário, sociabilidade urbana disciplinada e aquisição de alimentos por meio da compra. A transformação destas relações é perceptível nos relatos sobre a dinâmica de trabalho.

Mas quem eram estes trabalhadores? Dos 95% dos operários contratados pela CHESF, a maior parte não tinha qualificação para o trabalho e eram da região, alguns de Maceió, Aracaju e João Pessoa, e uma pequena parte de Recife e Salvador. (Hauptli, 1993, p. 82) A maioria composta por Cassacos, que também residiam fora do acampamento, e foram os que abriram o caminho para as obras quebrando pedras e sem a menor proteção para o desenvolvimento das atividades. Na década de 1950, os Cassacos estavam presentes, em boa parte do Nordeste, trabalhando em diversas obras do Poder Público como forma de sobrevivência, onde se submetiam a condições subalternas de trabalho precarizado. (Ferreira, 2016) Durante as construções, não havia segurança e prevenção à acidentes de trabalho. Somente em 1978 foi criada a Comissão Interna de Prevenção de acidentes (CIPA), pois até este período os equipamentos eram chapéu de palha e sandália japonesa.

Por outro lado, a Companhia criava “atrativos” (casas, bons salários, opções de lazer etc.), especialmente aos engenheiros da região Sul, mas a difusão dos discursos sobre o Nordeste como local “atrasado”, “pobre” e de muito sofrimento afastava esses trabalhadores. Como não havia mão-de-obra qualificada para diversas atividades, o aprendizado foi concebido no processo de “experiência na função” e muitos assumiram cargos de “Chefe de seção”, por serem estrangeiros, refugiados de guerra, em maioria europeus, sem qualificação específica.

⁵ Entrevista *Jorge Melo da Silva*. (Acervo digital do projeto Rio de Lutas/LABELU, 2016).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

A CHESF foi uma obra que teve uma independência administrativa aos Estados e municípios abrangidos, correspondendo, mais uma vez, ao exemplo da TVA quanto a interferência direta do Governo Federal em uma ampla região. Desde o início das atividades da CHESF, seus dirigentes apostaram no desenvolvimento da industrialização, apesar de não se apresentar nos grupos industriais nordestinos, um clamor por energia elétrica. Mesmo assim, a industrialização era considerada pelo governo a maior justificativa para o grande investimento no projeto de Paulo Afonso.

Os latifundiários nordestinos, também, não convergiam em torno da intervenção federal. Os exemplos de resistência da oligarquia a energia da CHESF, de rejeição a *luz de Paulo Afonso* como era conhecida, partia especialmente dos que tinham receio de perder autonomia, lucros e poder, ao renunciar as instalações geradoras próprias de energia que abasteciam determinados municípios. Essas tensões com as oligarquias locais foram paulatinamente apaziguadas com a produção e distribuição cada vez crescente da energia elétrica da CHESF.

Para além da idealização dos benefícios oriundos da Companhia, seu projeto tornou-se real pela ação dos operários que, em muitos casos, custou as suas vidas. Estas histórias estão silenciadas no memorial da CHESF, no centro da cidade, que é o único local de registro memorialístico de Paulo Afonso. Também são omitidas as lutas das populações atingidas pelas construções das barragens, inclusive composta por povos e comunidades tradicionais, como diversas etnias indígenas. Este silêncio faz parte da construção do consenso em torno do modelo desenvolvimentista.

Considerações finais

Ao longo da análise procurei apresentar a experiência da TVA, empresa estratégica dos EUA, o processo de expansão internacional do seu modelo e a relação com a concepção da CHESF, que dialogam com a difusão das ideias desenvolvimentistas e modernizantes inerentes ao processo de expansão capitalista no período, que buscavam fortalecer o liberalismo. Para esta abordagem, identifiquei alguns traços do impacto destas intervenções junto a população local.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Um dos elementos importantes diz respeito a utilização de recursos naturais. As *águas* do rio São Francisco e do Vale do Tennessee, foram convertidas em riqueza para *energia*, ou seja, transformadas no elemento indispensável para a chegada do que se propagava como *modernidade*. Não só as águas foram fundamentais neste processo, mas a criação de projetos de expropriação das riquezas, como a *terra*, exploração da força de trabalho, aliado a desapropriação de seres concretos dos seus territórios, para a construção das barragens e estabelecimento das linhas de transmissão. Estes sujeitos progressivamente saíram do campo e se aglomeravam nos espaços urbanos, compondo as fileiras de grandes massas de trabalhadores que assumiam as novas funções laborais precarizadas, atendendo as relações da crescente *modernidade* que se apresentava.

Diversas ações, como a retirada das famílias sem a devida assistência, a construção da cidade operária, a escolha da região com alto índice de miserabilidade e abundante mão de obra de baixo custo, a criação de uma autarquia federal responsável por uma região, são nítidas aproximações do Vale do Tennessee com a história do Vale do São Francisco. Além desses pontos convergentes entre os projetos, há alguns elos diretos entre a TVA e a gestação do projeto CHESF, no âmbito da política internacional entre os dois países.

Outra janela aberta se refere ao papel da política estadunidense em todo esse processo, no qual, um dos diversos tentáculos dessa estrutura de poder foi o modelo em torno da experiência com a TVA. A CHESF não foi somente um projeto alinhado por setores da burguesia industrial brasileira ou das oligarquias nordestinas, pois, durante todo o seu desenvolvimento estão presentes investimentos estadunidenses.

Assim, considero que o investimento estatal para a implementação da CHESF foi além dos grandes volumes de investimentos, nacional e internacional, pois esteve entrelaçado intimamente com uma transformação direta dos modos de vida social que reforçava a teoria desenvolvimentista e modernizante. O rastro do discurso sobre o modelo da TVA permaneceu em menor escala no Brasil até a década de 1960, quando perdeu força, embora esta íntima relação econômica, política e cultural entre os países tenha perdurado ao longo do século XX.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Referências

BROSE, M. E. **TVA e Instituições de Desenvolvimento Regional: Contribuições para a História das Ideias**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2015.

CORSI, F. **Estado Novo: Política externa e projeto nacional**. São Paulo: UNESP, 2000.

EKBLADH, D. **The Great American Mission: Modernization & the Construction of an American World Order**. New Jersey: Princeton University Press, 2010.

FERREIRA, L. V. de C. **Cassacos: Trabalhadores na lida contra a fome e a degradação nas obras públicas em tempos de secas. (Ceará, anos 1950)**. Salvador: Tese de Doutorado em História Social na Universidade Federal da Bahia, 2016.

GRAMSCI, A. **Cadernos do CÁRCERE**. (Vol. 3). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

HÄUPTLI, H. **Chesf: Fase pioneira duma Companhia Hidroelétrica no Nordeste do Brasil**. Zurique: Dissertação de Metrado em História Geral no Instituto Politécnico de Zurique, 1993.

LABELU. **Entrevista Jorge Melo da Silva**. Feira de Santana, Brasil: Acervo digital do projeto Rio de Lutas/Universidade Estadual de Feira de Santana, abril-2016.

LANDO, B. **Change in Latin America: Example of Northeast Brazil** (Vol XXIV, n. 3). Toronto: Canadian Institute of International Affairs, Baxter Publishing Company, 1964.

MCDONALD, M. J. e MULDOWNY, J. **TVA and the Dispossessed: The resettlement of population in the Norris Dam area**. Knoxville: The University of Tennessee Press, 1982.

LOPES, José Sérgio Leite. **A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés**. São Paulo: Marco Zero, 1988.

OLIVEIRA, Cecília M. B. de. **Educação, Estratégia e Poder: SPEI-Serviço de Ensino Integrado de Paulo Afonso, as doutrinas de segurança nacional na área de ensino**. Lisboa: Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação da Universidade Internacional, 2005.

PAULA, Dilma. “A Comissão do Vale do São Francisco como experimento de desenvolvimento e planejamento regional, 1946-1950”. In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011.

SELZNICK, P. **TVA and the Grass Roots: a Study in the Sociology of Formal Organization**. California: University of California, 1949.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

SILVA, A. G. da. **De Forquilha a Paulo Afonso**: Histórias e memórias de pioneiros. Paulo Afonso, Brasil: Fonte Viva, 2014.

SILVA, A. W. F. da. “A influência da Tennessee Valley Authority (TVA) no planejamento urbano e regional no Brasil: O caso da Comissão do Vale do São Francisco (CVSF)”. **8 Congresso Luso-Brasileiro para o Planejamento Urbano, Regional, Integrado e Sustentável (PLURIS 2018)**: Cidades e territórios - Desenvolvimento, atratividade e novos desafios. Coimbra, Portugal, 2018.

RUSSEL, D. **The TVA Idea**. New York: The Foundation for Economic Education Irvington-on-Hudson, 1949.

TVA TECHNICAL LIBRARY. **TVA**: As a symbol of resource development in many countries. Knoxville, Tennessee: TVA, 1952.

TVA TECHNICAL LIBRARY. **TVA**: Symbol of valley resource development. Knoxville, Tennessee: TVA, 1961.

TENNESSEE VALLEY AUTHORITY. **Classroom for the world**. Acesso em 13/11/2020. Disponível em: <https://www.tva.com/about-tva/our-history/tva-heritage/classroom-for-the-world>